

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA EM DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – IPADES

DESTAQUES IPADES

Setembro 2015

O BRASIL NA LISTA DE MAL PAGADOR

O pior cenário desenhado para a economia brasileira se tornou realidade. Após nove dias em que a presidente Dilma Roussef ter enviado ao Congresso Nacional o projeto de Orçamento com déficit em 2016, a agência internacional de classificação de risco Stand & Poor's retirou do Brasil o grau de investimento – uma espécie de selo de bom pagador que dá confiança aos investidores para aplicarem o dinheiro em um país. O rebaixamento foi anunciado em 09.09.2015.

A Standard & Poor's rebaixou o rating do Brasil de BBB- par BBB+ e manteve a perspectiva negativa da nota. Porém, o país ainda mantém a nota de grau de investimento das agências Fitch e Moody's.

Observe-se que o Brasil conseguiu o grau de investimento em 2007, pela mesma agência, ou seja, 13 anos após iniciar um processo de política econômica pautada na racionalidade da teoria econômica, em que se destacam o controle da inflação e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Como uma espécie de “brincadeira” de mau gosto foi neste mesmo ano que o governo começou a mudar a política econômica, ampliando o controle do estado na economia, política que ficou conhecida como a nova matriz econômica. Para tal utilizou como mote a bola imobiliária nos Estados Unidos, com repercussão internacional. A nova matriz econômica foi intensificada a partir de 2012 com o crescente controle e até congelamento de preços administrados pelo governo – combustível e energia – que funcionaram em 2014 como estratégia eleitoral.

Além de que o país passou a viver com crise fiscal e a falta de perspectiva de melhora das contas públicas e o quadro recessivo da economia que se delineava. Mas, a crise política – sem sinais de melhora diante das declarações recentes de lideranças do Congresso – foi o ingrediente que também contribuiu para o rebaixamento, segundo declaração explícita na nota de rebaixamento: “Nós agora vemos menos convicção,

dentro do gabinete da presidente, sobre a política fiscal”. Isto porque no fim de agosto, o governo enviou ao Congresso Nacional uma proposta orçamentária com previsão de déficit primário consolidado equivalente a 0,34% do Produto Interno Bruto (PIB) para o ano de 2015.

O rating ou nota de crédito é o resultado da avaliação de uma agência de classificação de risco sobre a qualidade de um título emitido por uma empresa ou país. O rating indica, portanto, se o emissor é um bom ou mau pagador e quais as chances de acontecer um calote daquela dívida. Um grande número de fundos de pensão, fundos de investimentos e de carteiras de aplicação, por lei ou regulamentação específica, só pode aplicar em títulos seguros, que levam certificados de grau de investimento. O rebaixamento dos títulos do Brasil implica forte redução de procura por eles, movimento que costuma ser antecipado pelos mercados. Além disso, a redução do preço do título implica em alta dos juros, ou seja, o Tesouro terá que pagar mais por sua dívida.

INVENTÁRIO DO CERRADO

Um levantamento exaustivo sobre a vegetação do Cerrado, segundo maior bioma brasileiro, receberá R\$ 60 milhões em recursos do Programa de Investimento Florestal (FIP, na sigla em inglês), vinculado ao Climate Investment Funds (CIF) do Banco Mundial.

As formações florestais desse bioma pertencem a dois grupos: aquele associado aos cursos de água (ribeirinhas), geralmente em solos mais úmidos, e que recebem a denominação de mata ciliar e mata de galeria; e o que não possui associação com cursos de água (interflúvios), que geralmente ocorre em solos mais ricos em nutrientes, que recebem as denominações de mata seca, cerradão, cerrado, formações campestres e formações savânicas.

O objetivo é levantar informações sobre a vegetação nativa, como a estrutura e a dimensão das plantas, e também aplicar um questionário nas populações locais para saber como elas utilizam materiais biológicos, como madeira, sementes e frutos para a subsistência, a fabricação de produtos e a prestação de serviços, bem como essas populações preservam ou não esse bioma. Também obter dados sobre a extensão das florestas no Brasil, onde estão e como estão distribuídas. Nesse sentido, o levantamento já está sendo realizado em outros biomas, como a Amazônia.

Com isso, será possível ter um panorama das espécies vegetais e eventualmente descobrir novas, além de identificar aquelas que estão em risco de extinção. A área de abrangência do inventário, levando em conta todos os biomas brasileiros – Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, Amazônia, Pantanal, Campos do Sul, Costeiro e Marinho – será de 20 mil quilômetros quadrados.

A ação que terá apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no gerenciamento dos recursos faz parte de um projeto mais amplo, o Inventário Florestal Nacional. A iniciativa é executada pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB), órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), e busca criar uma grande plataforma com informações de recursos florestais em todo o país.

O PROGRAMA ABC NA AMAZÔNIA

O Programa ABC – Agricultura de Baixo Carbono – é a principal linha de financiamento para auxiliar os produtores rurais brasileiros a praticarem técnicas menos emissoras de gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera e, ao mesmo tempo, incrementar a produtividade do setor. Ele apoia o Plano ABC, cujo objetivo é promover a redução das emissões de GEE na agricultura, melhorando a eficiência no uso de recursos naturais, aumentando a resiliência de sistemas produtivos e de comunidades rurais e possibilitando a adaptação do setor agropecuário às mudanças climáticas.

A meta para o setor agropecuário, conforme definido pelo Plano ABC, é de reduzir de 133,9 a 162,9 milhões de toneladas de CO₂, eq. pela adoção de diversas técnicas agropecuárias mitigadoras de GEE. Para a Amazônia Legal a redução está estimada em 40,4 milhões de toneladas de CO₂, eq. por ano, pela completa adoção de tecnologias de baixa emissão de carbono nas áreas antropizadas.

Ressalte-se que esse potencial só poderá ser alcançado se grandes desafios e problemas recorrentes enfrentados na Amazônia Legal, como falta de regularização fundiária e ambiental, escassez de assistência técnica, desmatamento irregular, cadeia de insumos agropecuários insuficientes, infraestrutura inadequada, dificuldade de acesso ao crédito rural, entre outros, forem resolvidos.

A resolução destes entraves exige grande comprometimento dos setores públicos e privado e também da sociedade civil, bem como deve ser considerada estratégica na agenda da Amazônia Legal para o avanço da agricultura de baixa emissão de carbono, conjuntamente com o reordenamento do uso e da ocupação do solo.

Importante elemento dessa transformação é o produtor rural, que, em sua maioria, carece de informação, conhecimento, treinamento e acesso a crédito, e conseqüentemente continua a praticar uma pecuária extensiva com baixa capacidade de suporte animal, da ordem de 0,5 a 1,0 animal por hectare; necessita transformá-la no Sistema Integrado Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF). Portanto, o desafio da expansão de uma agropecuária sustentável requer uma transformação considerável. A esse respeito a Fundação Getúlio Vargas (FGV), através do Observatório ABC, realizou em Paragominas (PA), um estudo de caso sobre estas questões.

Mesmo assim, vem ocorrendo evolução do Programa ABC na Amazônia Legal. O desembolso vem aumentando consideravelmente desde o ano agrícola 2011/12 até ao 2013/14. Em 2011/12 foram fechados 576 contratos, totalizando R\$ 304 milhões; em 2012/13, o valor total desembolsado foi de R\$ 600 milhões, em 2.079 contratos; e em 2013/14, o valor total desembolsado foi de R\$ 642 milhões, em 2.658 contratos. Comparando-se o ano agrícola 2011/12 com o de 2013/14, o aumento no número de contratos do programa ABC na Amazônia Legal foi de 405%, com 110% em valor total contratado.

NO BRASIL, GOVERNOS APENAS PROMETEM CONTROLAR AS DESPESAS

O Brasil tem uma tradição perniciosa para o desenvolvimento do país que é os governos sempre prometem controlar os gastos, mas na prática não realizam, pelo contrário sempre os aumentam; assim chega-se ao equivalente atuais 39% do PIB pagos em impostos para manter essa prática perdulária.

Na segunda metade da década de 1990 foi aprovada a Lei de Responsabilidade Fiscal, que busca justamente enquadrar os governos e governantes em serem responsabilizados por gastarem mais do que recebem, é o tão badalado ajuste fiscal, predominante no noticiário econômico de 2015. Além disso, essa lei manda recalcular a estimativa de receita e despesa a cada dois meses, mas não é isso que o governo vem fazendo, pelo contrário, vem construindo déficit: 3,1%, em 2013 e 6,2% em 2014.

Em 2014, já se disputava a eleição de 2018 – manutenção do poder. O importante era a reeleição, ter mais quatro anos de mandata, dar a volta por cima, e manter a hegemonia do partido no governo em 2018. Esse projeto fracassou, porque a realidade, que não se curva ao marketing eleitoral, obrigou a presidente reeleita a

fazer uma conversão. No entanto, a política mudou, mas não funcionou, isto porque houve a perda da credibilidade, e sem recuperá-la o crescimento não terá volta.

Aos poucos a sociedade começa a entender que a vontade política ou ideologia não supera os limites físicos. Ambas “virtudes” podem dizer que dois mais dois é igual a cinco, mas no mundo real é sempre igual a quatro. Ou seja, para qualquer governo, empresa, família ou cidadão só se pode gastar no máximo o que se ganha.

O que a sociedade brasileira precisa entender é que o país não se desenvolverá com promessas e retrocessos, e assim pressionar os governos e demais instituições a fazerem as coisas certas, pois é assim que funciona.

Quando se criou a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), construiu-se uma massa crítica com profissionais enviados ao exterior e, depois, reagrupados no Brasil em áreas de pesquisa temática. Dessa maneira – fazendo a coisa certa – transformou-se um dos maiores passivos do Brasil, que era a região do Cerrado, no seu maior ativo. Também foi possível deslocar a área de plantio da soja, do Rio Grande do Sul para o Norte do país. O Brasil é hoje uma potência agrícola.